

1) Os princípios básicos da administração pública estão consubstanciados em regras de observância permanente e obrigatória para o bom administrador. Esses princípios são:

- A) Princípio da legalidade, da moralidade e da disciplina;
- B) Princípio da punibilidade do ato, da impessoalidade e da ilegalidade;
- C) Princípio da moralidade, da executoriedade dos contratos e da legalidade;
- D) Princípio da legalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade.

2) Os servidores públicos, que ingressaram mediante concurso público e com mais de dois anos de serviço, têm:

- A) Efetividade, vitaliciedade e inamovibilidade;
- B) Estabilidade, vitaliciedade e inamovibilidade;
- C) Estabilidade, efetividade e vitaliciedade;
- D) Estabilidade e efetividade.

3) A anulação dos atos administrativos distingue-se da revogação. Por quê?

- A) A anulação só pode ser feita pelo Poder Judiciário;
- B) A anulação produz efeito "ex tunc";
- C) A revogação pode fundar-se na ilegitimidade do ato;
- D) A revogação não é limitada pela existência de direito subjetivo.

4) O controle interno da administração dá-se:

- A) Por meio da homologação dos atos, da revogação, da aprovação e da invalidação;
- B) Por declaração judicial;
- C) Pela prescrição;
- D) Pela configuração da categoria dos chamados atos inexistentes.

5) São pessoas de direito público:

- A) Autarquias;
- B) Empresas Públicas;
- C) Sociedade de economia mista;
- D) Concessionários de serviço público.

6) Depois de notificada da penhora, a Reclamada-Executada poderá embargar a execução no prazo de:

- A) 10 (dez) dias;
- B) 5 (cinco) dias;
- C) 8 (oito) dias;
- D) Nenhuma das respostas.

7) Na audiência, depois de lida a reclamação, ou dispensada sua leitura por ambas as partes, que tempo terá a reclamada para aduzir sua defesa?

- A) 05 (cinco) minutos;
- B) 15 (quinze) minutos;
- C) 20 (vinte) minutos;
- D) Nenhuma das respostas.

8) Proferida a sentença, nos Embargos à Execução, a embargante poderá recorrer para a instância superior, através de:

- A) Agravo de Petição;
- B) Recurso de Revista;
- C) Agravo de Instrumento;
- D) Nenhuma das respostas.

9) Requerida a execução, o Juiz ou Presidente do Tribunal mandará expedir Mandado de Citação ao executado, o qual poderá fazer o pagamento em dinheiro, ou garantir a execução, sob pena de penhora, no prazo de:

- A) 10 (dez) dias;
- B) 24 (vinte e quatro) horas;
- C) 48 (quarenta e oito) horas;
- D) Nenhuma das respostas.

10) Cabem embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, para o Pleno, no prazo de oito dias, quando o Acórdão:

- A) Der ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado um dos Tribunais Regionais, através do Pleno ou de Turmas;
- B) Der ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outra Turma do Tribunal Superior do Trabalho;
- C) Der ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado um dos Tribunais Regionais Federais, através do Pleno ou de Turmas;
- D) Nenhuma das respostas.

11) Suspensa a execução da pena privativa de liberdade, o condenado observará e cumprirá as seguintes condições fixadas pelo juiz:

- A) Prestará serviços à comunidade e não freqüentará determinados lugares, no primeiro ano do prazo;
- B) Submeter-se-á à prestação de serviços à comunidade e ausentar-se-á da comarca onde reside, com autorização do Juiz, no segundo ano do prazo;
- C) Prestará serviços à comunidade e submeter-se-á à limitação de fim de semana, no primeiro ano do prazo;
- D) Submeter-se-á à limitação de fim de semana, não ingerirá bebidas alcoólicas até o segundo ano do prazo.

12) Quando o agente, iniciada a execução, arrepende-se do ato praticado e, voluntariamente, impede que o evento aconteça, pontifica, no sistema penal:

- A) O arrendimento eficaz;
- B) A desistência voluntária;
- C) O crime consumado;
- D) O arrendimento posterior.

13) O homicídio, doutrinariamente, pode ser definido como a "destruição da vida de um homem por outro homem". Se o autor do crime de homicídio comete-o por motivo fútil:

- A) Atenua-se-lhe a pena, por tratar-se o referido motivo de circunstância atenuante;
- B) Agrava-se-lhe a pena, por estar o motivo fútil no elenco das circunstâncias agravantes;
- C) Aumenta-se-lhe a pena, por ser tal motivo ensejador da qualificação da figura típica na sua forma simples;
- D) Pode-se deixar de aplicar-lhe a pena, por assim o ensejar o mencionado motivo a hipótese de homicídio culposo.

14) As "lesões corporais graves" estão definidas no parágrafo 1º do art. 129 do Código Penal Brasileiro. O inciso II do referido parágrafo cuida do "perigo de vida" que se configura:

- A) Apenas com a idoneidade da lesão;
- B) Com a idoneidade da lesão e a manifestação real da situação de perigo;
- C) No caso concreto, com a constituição excepcional do ofendido;
- D) Com a natureza do instrumento utilizado para ofender a integridade corporal da vítima.

15) A rixa qualificada ocorre quando, nesta hipótese abstrata contida na norma, houver morte ou lesão corporal grave. Assim, em face dos termos da lei os referidos eventos devem ocorrer:

- A) Antes e depois da rixa;
- B) Antes e durante a rixa;
- C) Antes, depois e durante a rixa;
- D) Durante a rixa.

16) As características essenciais do crime de estelionato resumem-se ao polinômio:

- A) Meio fraudulento, erro, vantagem ilícita e lesão patrimonial;
- B) Meio legal, erro, vantagem lícita e lesão patrimonial;
- C) Meio ilegal, erro, vantagem lícita e lesão patrimonial;
- D) Meio fraudulento, boa-fé, vantagem ilícita e lesão patrimonial.

17) O roubo pode ser próprio e impróprio. No roubo, a ameaça e a violência são meios para a consecução das "apreensões", enquanto que no roubo impróprio a detenção do móvel é anterior à ameaça e à violência, que àquele se seguem a fim de garantir a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiros. Pelo exposto, chega-se à seguinte ilação:

- A) Que o dolo no roubo próprio é inerente;
- B) Que o dolo no roubo impróprio é específico;
- C) Que o roubo próprio prevalece a culpa consciente;
- D) Que o roubo impróprio prevalece a culpa por extensão.

18) O Título III do Código Penal, no seu capítulo I, trata dos Crimes contra a Liberdade Sexual. Os artigos 213 e 214 equiparam-se, quanto ao constrangimento ilegal, à violência ou grave ameaça. Distinguem-se no que concerne:

- A) Ao sujeito ativo e passivo, à objetividade jurídica e à ação física específica;
- B) Ao sujeito ativo e à ação física específica;
- C) Ao sujeito ativo e passivo;
- D) Ao sujeito passivo e à objetividade jurídica.

19) O Direito Tributário, através do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.176/66), estabelece critérios para a colmatação de lacunas. Quando o aplicador do Direito depara-se com este fenômeno jurídico, utiliza-se para integrar a norma jurídica, na ordem indicada:

- A) Os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de Direito Público, a analogia e a equidade;
- B) A analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a equidade;
- C) A analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade;
- D) A analogia, a equidade, os princípios gerais de direito tributário e os princípios gerais de direito público.

20) A competência tributária e o veículo normativo idôneo para a instituição do imposto extraordinário de guerra pertence:

- A) aos Estados-membros através de lei ordinária;
- B) à União através de lei ordinária;
- C) aos municípios através de lei ordinária;
- D) aos Estados-membros através de Decreto-legislativo.

21) É modalidade de extinção do crédito tributário:

- A) a remissão;
- B) a anistia;
- C) a moratória;
- D) a isenção.

22) Qual a ação judicial que visa a restituição de tributos pagos indevidamente?

- A) Ação Declaratória de inexistência de relação jurídica tributária;
- B) Mandado de Segurança;
- C) Ação de Repetição de indébito tributário;
- D) Ação Civil Pública.

23) O pressuposto jurídico para a instituição e cobrança da contribuição de melhoria reside:

- A) na utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição;
- B) na valorização imobiliária decorrente da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição;
- C) no custeio do sistema de seguridade social;
- D) nenhuma das alternativas.

24) O contrato de trabalho por prazo determinado, prorrogado mais de uma vez:

- A) constitui justa causa para rescisão;
- B) passa a vigorar sem a determinação de prazo;
- C) rescinde-se pelo decurso do prazo;
- D) torna-se anulável.

25) O adicional de insalubridade do empregado que recebe o piso salarial de categoria mais comissões é calculado sobre o valor:

- A) do salário mínimo;
- B) do piso salarial da categoria;
- C) das comissões;
- D) da remuneração.

26) A cláusula de acordo coletivo que prorroga a duração máxima do intervalo para repouso ou alimentação da mulher empregada é:

- A) válida, se preenchidas as demais formalidades;
- B) anulável a qualquer tempo;
- C) renunciável, mediante declaração escrita;
- D) nula de pleno direito.

27) A proteção dos salários contra os credores do empregador encontra-se na:

- A) preferência absoluta em caso de falência;
- B) proibição de descontos;
- C) impenhorabilidade;
- D) correção monetária.

28) Ao empregado estável com mais de dez anos de serviço, dispensado, a lei assegura:

- A) rescisão indireta do contrato;
- B) indenização em dobro;
- C) readmissão no emprego;
- D) reintegração no emprego.

29) Qual o recurso cabível para atacar decisão em ação rescisória da lavra de Tribunal de Justiça?

- A) apelação;
- B) ordinário;
- C) especial;
- D) agravo.

30) São títulos executivos extrajudiciais:

- A) somente o cheque e a duplicata;
- B) contrato de abertura de crédito em conta corrente para garantia de cheque;
- C) sentença condenatória com trânsito em julgado de pagamento de honorários advocatícios;
- D) nenhuma das respostas.

31) Verificando-se a contravenção de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.037, de 23.09.1996, o processo cível em tramitação:

- A) será extinto sem julgamento de mérito;
- B) será extinto com julgamento de mérito;
- C) será suspenso pelo prazo previsto no art. 185, do CPC;
- D) nenhuma das respostas.

32) O órgão judiciário, detectando a falta de documento obrigatório na instrumentalização do recurso de agravo, tomará a seguinte providência:

- A) dará prazo para complementar a documentação;
- B) indeferirá, liminarmente, o recurso;
- C) dará seguimento ao agravo;
- D) nenhuma das respostas.

33) O Juiz será condenado nas custas (pagamento) quando:

- A) não decidir no prazo o previsto na lei;
- B) for considerado desidioso;
- C) o Tribunal verificar que tem fundamento a arguição de impedimento ou de suspeição;
- D) deixar de receber advogado em seu gabinete, invocando-se o Estatuto da Advocacia e da OAB.

34) A constituição das denominadas "sociedades de advogados" e seu registro no departamento competente da Seccional da OAB, implicam:

- A) limitação da responsabilidade pessoal de todos os sócios, no campo civil e comercial, perante o cliente;
- B) desoneração dos sócios não partícipes no atendimento ao cliente;
- C) obrigação de todos os sócios em responsabilidade subsidiária e ilimitada pelo dano causado ao cliente;
- D) atenuação da responsabilidade disciplinar se não houver participação direta do sócio junto ao cliente.

35) As penalidades que poderão ser aplicadas ao advogado e às sociedades de advogados, que atendem contra a ética profissional e contra o Estatuto da Advocacia e da OAB, foram estabelecidas na ordem seguinte:

- A) advertência oral, censura escrita, multa e suspensão;
- B) censura, suspensão, exclusão e multa;
- C) censura oral, censura pública e exclusão;
- D) suspensão, exclusão e multa.

36) É livre o exercício da advocacia concomitantemente com outra profissão legalmente reconhecida, exceto quando ocorrer a hipótese de exercício concomitante com:

- A) a profissão de médico legista lotado na Secretaria da Segurança Pública;
- B) a profissão de corretor de seguros;
- C) a profissão de corretor de imóveis;
- D) a profissão de médico do Serviço Público Federal.

37) O Advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade de Defensoria Pública, no local da prestação de serviço:

- A) só tem direito aos honorários de sucumbência fixados pelo Juiz;
- B) tem direito aos honorários fixados pelo Juiz, segundo Tabela da OAB e pagos pelo Estado, além dos honorários de sucumbência;
- C) tem plena liberdade para promover acertos com o constituído, posteriormente ao êxito da causa;
- D) tem direito aos honorários fixados pelo Juiz, segundo Tabela da OAB, pagos pelo Estado, obrigando-se a devolver ao Estado os honorários de sucumbência.

38) São proibidos de comerciar:

- A) os menores emancipados;
- B) os falidos reabilitados;
- C) os servidores públicos;
- D) todas as alternativas estão corretas.

39) Qual das sociedades comerciais abaixo não dispõe de personalidade jurídica:

- A) sociedade de ações;
- B) sociedade por quotas de responsabilidade limitada;
- C) sociedade de capital e indústria;
- D) sociedade em cota de participação.

40) Nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, os sócios respondem pelas obrigações assumidas:

- A) Na proporção das respectivas quotas que possuem no capital social;
- B) Subsidiariamente ao total do capital social;
- C) Não respondem pessoalmente pelas obrigações assumidas pela pessoa jurídica;
- D) Com até dez vezes o valor das quotas com que participa do capital social.

41) Os toxicômanos serão sempre considerados:

- A) relativamente incapazes;
- B) capazes, para todos os efeitos;
- C) absolutamente incapazes;
- D) absoluta ou relativamente incapazes, consoante determinado na sentença de interdição.

42) Comodato é a espécie do empréstimo:

- A) oneroso, de coisas não fungíveis;
- B) gratuito, de coisas não fungíveis;
- C) oneroso, de coisas fungíveis;
- D) gratuito, de coisas fungíveis.

43) São considerados herdeiros necessários:

- A) os descendentes, ascendentes e o cônjuge sobrevivente;
- B) somente os herdeiros indicados necessariamente em testamento;
- C) os descendentes e ascendentes;
- D) os descendentes, ascendentes, cônjuge sobrevivente, irmãos, colaterais e o Estado.

44) O prazo mínimo para ser requerido o divórcio:

- A) seis meses após a decretação da separação judicial;
- B) dois anos da separação de fato;
- C) seis meses após a separação judicial, contando-se da averbação da sentença;
- D) nenhuma das respostas.

45) O pacto antenupcial é considerado válido:

- A) quando é feito por escritura pública;
- B) quando é expresso através de instrumento particular, na presença de duas testemunhas, redigido por advogado habilitado;
- C) mesmo na hipótese de não ocorrer o casamento;
- D) mesmo que prejudique os direitos conjugais ou paternos.

46) A fixação da remuneração para os Deputados Federais, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente é da competência exclusiva:

- A) do Senado Federal;
- B) da Câmara dos Deputados;
- C) do Congresso Nacional;
- D) do Tribunal de Contas da União.

47) Em se tratando de lei, o nosso sistema de controle da constitucionalidade é:

- A) de natureza repressiva e exercido somente pela via de exceção;
- B) de natureza preventiva e exercido somente pela via de exceção;
- C) de natureza repressiva e exercido pela via de ação e de exceção;
- D) de natureza preventiva e exercido pela via de ação e exceção.

48) A aprovação das leis complementares depende do apoio da maioria absoluta dos parlamentares, o que significa que tem de haver para a aprovação voto favorável:

- A) da maioria dos presentes;
- B) da totalidade dos presentes;
- C) da maioria, não se considerando os suplentes em exercício;
- D) da maioria, considerando-se os integrantes do Legislativo.

49) A doutrina e o direito positivo assim se expressam sobre a inconstitucionalidade:

- A) A declaração de constitucionalidade por exceção tem eficácia "erga omnes";
- B) A ação direta de inconstitucionalidade depende de regulamentação;
- C) A competência para a declaração de inconstitucionalidade por omissão é dos Tribunais Superiores;
- D) As confederações sindicais têm legitimidade para ajuizar ação de inconstitucionalidade.

50) Dentre os legitimados a propor, perante o Supremo Tribunal Federal, a Ação Direta de Inconstitucionalidade, inclui-se:

- A) o Presidente do Senado Federal;
- B) o Advogado-Geral da União;
- C) a Mesa da Assembléia Legislativa;
- D) o Procurador-Geral de Justiça do Estado.

Gabarito

1-D 2-D 3-B 4-A 5-A 6-B 7-C 8-D 9-C 10-B 11-B 12-A 13-C 14-B 15-D 16-A 17-B 18-B 19-C 20-B 21-A 22-C 23-D 24-B 25-A 26-A 27-A 28-B 29-C 30-D 31-A 32-B 33-C 34-C 35-B 36-A 37-B 38-C 39-D 40-A 41-D 42-B 43-D 44-B 45-A 46-B 47-C 48-D 49-D 50-C